



**UNIVERSIDADE FEDERAL DO PARÁ
INSTITUTO DE CIÊNCIAS SOCIAIS APLICADAS
GRADUAÇÃO EM ECONOMIA**

RODOLFO ANDRÉ CARDOSO NEVES

A FANTÁSTICA FÁBRICA DE ECONOMISTAS

RESENHA CRÍTICA

BELÉM-PARÁ

2019

RODOLFO ANDRÉ CARDOSO NEVES

A FANTÁSTICA FÁBRICA DE ECONOMISTAS

RESENHA CRÍTICA

Rodolfo André Cardoso Neves, matrícula 201905340010, aluno do Bacharelado em Economia da Universidade Federal do Pará (UFPA) - Noturno, apresenta esta resenha crítica dos capítulos 1, 2 e 3 do livro Economia modo de usar de Ha-Joon Chang. Em cumprimento às exigências da disciplina Introdução a teoria econômica.

Professor: Dr. Cláudio Alberto Castelo Branco
Puty

Belém-Pará

2019

Dedico este trabalho à minha família.

*“Os economistas gostam de fazer pose de cientistas.
Sei disso porque muitas vezes eu mesmo faço isso”.*
(Ha-Joon Chang)

RESUMO

A seguir é apresentada a resenha crítica dos capítulos 1, 2 e 3 do livro *Economia Modo de Usar* de Ha-Joon Chang. Cada capítulo desta resenha corresponde a um capítulo do livro na seguinte ordem: O capítulo 1, intitulado “A fantástica fábrica de economistas” corresponde ao prólogo e ao capítulo 1 do livro. Neste há uma discussão a respeito do objeto de estudo da Economia, com o intuito de propor uma delimitação do campo de estudo desta disciplina. O capítulo 2 desta resenha, intitulado “O quebra-cabeças de um bilhão de peças” corresponde ao capítulo 2 do livro. Este capítulo debate sobre o início do sistema Capitalista à luz da perspectiva de Adam Smith. Por último, o capítulo 3 desta resenha, corresponde ao capítulo 3 do livro e faz uma provocação ao debate. Neste capítulo é apresentado como sugestão de leitura o livro *Chutando a escada*, também de Ha-Joon Chang. Este livro desmente alguns dos mitos econômicos propagados pelo senso comum, de maneira semelhante ao que faz Thomas Piketty no seu Best Seller *O capital no século XXI* (Também apresentado como sugestão). Embora, Piketty vá mais além ao mesclar dados empíricos com análise histórica para se contrapor as “verdades” econômicas e reascender os debates sobre a desigualdade, Chang faz o mesmo em relação as causas do desenvolvimento econômico, em se contrapor ao senso comum a partir de evidências históricas. Os capítulos 4, 5 e 6 desta resenha discutem os pontos principais das teorias econômicas apresentadas no capítulo 4 do livro. O capítulo 7 corresponde ao capítulo 5 do livro, e apresenta um debate sobre a definição Neoclássica de agente econômico.

Palavras-chave: Capitalismo. Teoria Econômica. Economia Modo de Usar.

SUMÁRIO

1	A FANTÁSTICA FÁBRICA DE ECONOMISTAS	6
2	O QUEBRA-CABEÇA DE UM BILHÃO DE PEÇAS	8
3	CHUTANDO A ESCADA: UMA HISTÓRIA ECONÔMICA NÃO CONVENCIONAL	11
4	ESCATOLOGIA X INGENUIDADE: HÁ MAIS DE UMA MANEIRA DE “FAZER” ECONOMIA	15
5	VALOR-TRABALHO: O CAMPO DE BATALHA DOS HERDEI- ROS DA TEORIA CLÁSSICA	18
6	O CAMINHO DA SERVIDÃO NÃO É TÃO RUIM	21
7	O AGENTE ECONÔMICO NÃO É AUTÔNOMO NEM MORAL . .	23
	REFERÊNCIAS	26

1 A FANTÁSTICA FÁBRICA DE ECONOMISTAS

Na versão de 2005 do filme *A fantástica fábrica de chocolate*¹, o Sr. Bucket, pai de Charlie, perde o emprego de apertador de tampinhas de tubos de pastas de dentes, pois alguém inventou uma máquina capaz de fazer o mesmo trabalho cem vezes mais rápido (CHANG, 2014). Certamente alguém, se valendo do *economês*², apontaria neste caso os conceitos de alienação, da exploração do capital sobre o homem e da lógica perversa do Capitalismo.

Outro talvez apontasse que no longo prazo a sociedade se beneficiaria como um todo com o aumento de produtividade, com mais opções de produtos a preços mais baratos. Todavia, ambos concordariam que este problema se trata de um problema econômico. -Mas afinal, porque este seria um problema econômico? O que define um problema como econômico? - Este é um tema central da introdução a teorial econômica, e pode ser resumido em uma única questão: Qual o objeto de estudo da Economia?

Por um lado, a Economia parece, a alguns economistas, ter a pretensão megalomaniaca de explicar “tudo”. Principalmente a partir de abordagens generalistas, como a do livro *Freakonomics* (DUBNER; LEVITT, 2005), onde as análises econômicas são feitas sobre temas não comumente associados à Economia, como por exemplo, as lutas de sumô³.

Estas abordagens derivam da definição proposta pela escola neoclássica: A economia é o estudo da escolha racional visando objetivos que podem ser atingidos a partir de meios inevitavelmente escassos (CHANG, 2014). Em resumo, o agente econômico toma a decisão que maximiza o seu bem estar. Assim, a economia seria o estudo da escolha racional deste agente, mediante a escassez, visando o seu bem estar. Todavia, o objeto desta escolha poderia ser literalmente qualquer coisa, daí a confusão em delimitar um objeto de estudo para a Economia.

Este ponto de vista, por sua vez, contrasta com a abordagem da economia comportamental: Esta demonstra que os agentes econômicos aparentemente não são tão *racionais* como pensava a escola neoclássica. Muitas de nossas escolhas, ditas racionais e livres, na realidade estão cheias de viéses, e contrastam com o ideal esperado de uma escolha puramente racional (KAHNEMAN, 2011).

Neste ínterim, por não definir claramente o seu objeto de estudo, se ver refém de perspectivas muitas vezes conflitantes, e ter a pretensão de abarcar a totalidade dos

¹ Tomamos a liberdade de fazer um pequeno trocadilho com o nome do filme para dar nome ao capítulo.

² Jargão, termos utilizados por especialistas em economia

³ Em *Freakonomics*, Levitt e Dubner (2005) fazem uma análise dos incentivos econômicos nas lutas de Sumô para verificar se há possibilidade de trapaça, e como esta seria feita neste esporte onde valores como Honra são levados ao extremo.

problemas humanos, a economia parece se afastar do caráter especialista das ciências naturais, como a física. As diferenças em relação as ciências naturais são ainda mais acentuadas quando comparamos o poder de previsão dos economistas com o de físicos e químicos, por exemplo. Chegando ao ponto do economista John Kenneth Galbraith afirmar de maneira hiperbólica (CHANG, 2014):

“a única função das previsões econômicas é tornar a astrologia respeitável”

Enfim, este é um debate bastante complexo e de certa maneira infrutífero, pois ao tentar delimitar com exatidão e rigidez o campo de estudo da ciência econômica se perde a capacidade de utilização das ferramentas econômicas para os mais variados problemas. A importância da Economia está no diálogo com as outras ciências, e na capacidade de oferecer soluções para problemas, alguns não usuais da ciência econômica. Uma maneira eficaz de propor uma solução para este aparente impasse, sem apelar à abordagem generalista, é definir os estudos econômicos em termos dos seus assuntos principais, cada um com a sua ênfase, pontos de crítica e perspectiva, sem a pretensão de abarcar “tudo” (CHANG, 2014):

O tema dos estudos econômicos deveria ser a economia — a qual envolve dinheiro, trabalho, tecnologia, comércio internacional, impostos e outras coisas relativas às formas como produzimos bens e serviços, distribuimos os rendimentos gerados nesse processo e consumimos as coisas assim produzidas — em vez de “a vida, o universo e tudo mais” (ou “quase tudo”), como pensam muitos economistas.

2 O QUEBRA-CABEÇA DE UM BILHÃO DE PEÇAS

No livro *Menos estado e Mais Liberdade*, Donald Bourdreaux descreve que em meados do século XX, o economista Friedrich Hayek já se maravilhava com a lógica do sistema de preços do modo de produção Capitalista. Para esta descrição ele utiliza a analogia de um quebra-cabeça muito complexo com um bilhão de peças: A complexidade do “quebra-cabeça” e seu elevado número de peças explicaria, por exemplo, a ineficiência do planejamento central soviético em regular a economia e a inevitabilidade do colapso do sistema socialista da URSS. Pois, seria necessário que o planejamento central pudesse “saber” a todo momento as preferências de cada indivíduo, de modo a garantir a melhor alocação possível de recursos (Isto equivale a um quebra-cabeça complexo e com muitas variáveis); o que em teoria o sistema de preços já faz de maneira automática e eficiente em uma nação “economicamente livre”. O livre mercado, através do sistema de preços, redireciona os fluxos de capitais e trabalhadores para onde os preços dos salários e produtos são maiores. Em resumo, o capital é dirigido para produtos e postos de trabalho onde há maior demanda da sociedade (BOURDREAUX, 2018).

A lógica desta interpretação liberal da economia, onde forças econômicas organizam a cooperação de milhões de indivíduos automaticamente, mesmo que na realidade estes busquem a satisfação de seus próprios interesses, não é uma exclusividade do pensamento *Hayekiano*. Dois séculos antes, o filósofo e economista Adam Smith já vislumbrava a possibilidade da organização das forças produtivas de modo a garantir preços e custos os mais baixos possíveis em economias de concorrência perfeita (CHANG, 2014):

Adam Smith acreditava que a concorrência entre vendedores no mercado garante que os produtores, visando ao lucro, produzam ao custo mais baixo possível, beneficiando assim a todos.

Smith, no seu livro *A riqueza das nações: Uma investigação sobre a natureza e a causa da riqueza das nações*, analisa a complexidade da economia capitalista, à luz de um produto simples. Muitos de nós nem desconfiamos da complexidade inerente a produção deste produto, o alfinete (CHANG, 2014):

Smith discute como dez pessoas que dividem o processo de produção de um alfinete entre si e se especializam em um ou dois desses subprocessos podem produzir diariamente 48 mil alfinetes (ou 4800 alfinetes por pessoa). Compare isso, observa Smith, com o máximo de vinte alfinetes que cada uma delas consegue produzir por dia se cada operário realizar todo o processo sozinho.

O ponto central da análise de Smith é em como o aumento da produtividade é obtido por meio da divisão do trabalho. Uma atividade complexa como a produção de alfinetes é dividida em partes menores que são atribuídas a alguns poucos trabalhadores especialistas. Estes trabalhadores melhoram a sua capacidade produtiva, através da prática e do foco em uma única atividade repetitiva (CHANG, 2014):

Em primeiro lugar, ao repetirem as mesmas uma ou duas tarefas, os trabalhadores melhoram mais rapidamente sua perícia (“A prática leva à perfeição”). Em segundo lugar, ao se especializar, o trabalhador não precisa perder tempo se movimentando — física e mentalmente — entre diferentes tarefas (reduzindo os “custos de transição”). E ainda, não menos importante, uma subdivisão mais detalhada do processo torna cada passo mais fácil de ser automatizado e, assim, ser realizado a uma velocidade sobre-humana (mecanização).

Apesar do deslumbre inicial em como o modo de produção Capitalista consegue aumentar de maneira exponencial a produtividade do ser humano, e organizar a cooperação de milhões de indivíduos a partir da concorrência e do livre mercado, convém pontuar algumas conclusões não tão animadoras derivadas das proposições de Smith. A perspectiva Marxista (já em meados do século XIX) irá focar nas consequências deste processo, algumas destas nocivas à classe trabalhadora: A divisão do trabalho, apesar de benéfica à produtividade, produz a Alienação. Preso a uma única especialidade, o trabalhador se distancia daquilo que produz. Este permanece confinado a uma única tarefa repetitiva, recebendo salários cada vez menores, até ser substituído por uma máquina que faça o dobro do trabalho na metade do tempo. Enquanto isso, o Capitalista aumenta suas margens de lucro através da exploração do trabalho assalariado. Se o sistema funciona com base na força de trabalho assalariada e na propriedade privada, isto implica também na necessidade da diferenciação entre os que possuem os bens de capital e os que não possuem. De modo que os trabalhadores despossuídos sejam levados a vender a sua força de trabalho em troca de salário, dado pelos donos dos Meios de Produção.

Atualmente, o modo de produção Capitalista é bastante diferente do que era na época de Marx e de Smith. É até mesmo diferente do que era no século XX, época dos escritos de Hayek. Embora ainda mantenha a lógica da exploração do trabalho e da desigualdade criticada por Marx, é inegável que até mesmo a classe trabalhadora se beneficiou do intenso aumento da produtividade observado por Smith, muito além dos alfinetes (CHANG, 2014):

O aumento da produtividade na fabricação de um mesmo produto, como o alfinete, é apenas uma parte da história. Hoje, nós produzimos tantas coisas que no tempo de Adam Smith só podiam existir em sonhos, como a máquina

de voar, ou o que as pessoas não poderiam nem mesmo imaginar, como o microchip, o computador, o cabo de fibra óptica e inúmeras outras tecnologias de que nós precisamos até para inserir nossa senha numérica.

No contexto deste modo de produção que se modifica radicalmente a cada século, surge a indagação: Como Marx e Smith veriam a lógica *fetichista* do atual sistema Capitalista? Com o seu mercado de derivativos, ações e demais produtos financeiros que agora ditam a acumulação de capital? Será que estes economistas se maravilhariam com o caráter quase alquímico dos Bitcoins e criptomoedas tanto quanto na análise dos mecanismos de produção de objetos tão simplórios como os alfinetes?

3 CHUTANDO A ESCADA: UMA HISTÓRIA ECONÔMICA NÃO CONVENCIONAL

Em *Chutando a escada*, Ha-Joon Chang desmente, com auxílio da história econômica, alguns dos *mitos econômicos* propagados pelo senso comum (CHANG, 2003). Assim, ele justifica a necessidade desta disciplina como mediadora da validade das proposições das diferentes teorias econômicas (CHANG, 2014):

A história também nos obriga a questionar alguns pressupostos que tomamos como certos. Uma vez que você fica sabendo que muitas coisas que não podem ser compradas e vendidas hoje — como seres humanos (escravos), trabalho infantil, cargos no governo — costumavam ser perfeitamente vendáveis, você para de pensar que os limites do “livre mercado” são traçados por alguma lei eterna de ciência, e começa a ver que eles podem ser redesenhados. Quando você aprende que as economias capitalistas avançadas cresceram ao ritmo historicamente mais rápido entre as décadas de 1950 e 1970, quando havia muita regulamentação e impostos elevados, logo você desacredita na opinião de que para promover o crescimento é preciso fazer cortes nos impostos e na burocracia.

Podemos fazer um paralelo com algumas das críticas presentes em *O capital no século XXI*, livro do economista francês Thomas Piketty. Este também questiona alguns mitos econômicos utilizando dados estatísticos e evidências históricas para se contrapor as mais diversas teorias econômicas. Piketty começa o livro questionando a explicação convencional atribuída à “Curva de Kuznets” (PIKETTY, 2014): Simon Kuznets, economista Ucranião, elaborou uma curva em forma de sino como explicação gráfica da ascensão da desigualdade de renda no Capitalismo e sua subsequente reversão. Kuznets argumenta que o crescimento da desigualdade é temporário, e apenas um reflexo dos primeiros ciclos de desenvolvimento econômico. Esta tendência reverte a partir de certo nível de renda per capita e as próprias forças de mercado corroboram para a redução da desigualdade.

Todavia, Piketty argumenta que a diminuição na desigualdade de renda observada em meados do século XX é contingente, atribuída às duas guerras mundiais, e não necessariamente faça parte de um fenômeno próprio do Capitalismo. Em resumo, há uma explicação histórica para a hipótese de Kuznets, e esta se contrapõe a uma interpretação *liberal* do fenômeno, do Capitalismo como redutor das desigualdades no longo prazo, o que poderia ser utilizado para justificar políticas do tipo *laissez-faire*. Pelo contrário, o crescimento da desigualdade na renda é uma lei do Capitalismo. Isto implica que o Estado

precisa assumir o papel de corretor destas distorções. Juntos, Ha-Joon Chang e Thomas Piketty põe em cheque aquilo que achávamos que sabíamos sobre Capitalismo e sobre a Economia. A importância destes estudos é justificada da seguinte maneira (CHANG, 2014):

A história afeta o presente — e não só porque é aquilo que veio antes do presente, mas também porque ela (ou melhor, o que pensamos que sabemos sobre ela) determina nossas decisões.

As opiniões que emitimos sobre economia e política são profundamente influenciadas pelo contexto histórico que estamos inseridos. Se é assim com as pessoas comuns, é bem provável que também o seja com os políticos. Todavia, o peso das decisões políticas é consideravelmente maior e afeta a vida de muito mais pessoas. Ou seja, a importância do estudo da história econômica se dá de um ponto de vista cético, de *prudência política*, para que não sejamos levados a repetir os mesmos erros do passado em nome da defesa de ideologias.

Atualmente, podemos citar como exemplo de uma ideologia bastante difundida nas mídias sociais e propagada pelo senso comum, a crença no *estado mínimo* como promotor do desenvolvimento econômico. Mas será que o estado mínimo é necessariamente a única forma de organização econômica para promover o crescimento? Uma análise mais aprofundada sobre os 30 Gloriosos, período que vai desde o Pós-guerra (1945) até a Estagflação (1975) põe em cheque a lógica das políticas econômicas *neoliberais*: Os “trinta gloriosos” são um período de intensa intervenção estatal na economia, de alta taxação sobre a renda e com amplo crescimento econômico dos países desenvolvidos. De novo, um impasse de teoria econômica entre neoliberais e interveniconistas é combatido através de evidências históricas.

Estas políticas, ditas *neoliberais*, voltaram a moda a partir dos governos Ronald Reagan e Margaret Thatcher¹ como solução para o período pós 1975. Neste período as taxas de crescimento econômico começaram a diminuir e uma série de medidas desmontaram o Estado de bem estar social constituído nos trinta anos anteriores sob a justificativa de “liberar as amarras” do livre mercado. Todavia, os resultados econômicos obtidos contradizem as promessas. No Reino Unido, as reformas acabaram em uma crise de desemprego (CHANG, 2014):

O desemprego subiu para 3,3 milhões de pessoas — e isso sob um governo que chegou ao poder criticando o histórico do governo trabalhista de James

¹ Ronald Reagan, presidente dos Estados Unidos de 1981 a 1989; e Margaret Thatcher, Primeira-Ministra do Reino Unido de 1979 a 1990; São comumente associados como exemplos da eficácia das políticas econômicas de austeridade em períodos de crise. Porém, isto está longe de ser verdade a luz das evidências históricas.

Callaghan no quesito desemprego, que passou da marca de 1 milhão, com o famoso slogan *O trabalhismo não está funcionando*, inventado pela agência de publicidade Saatchi & Saatchi. Durante a recessão, um enorme setor da indústria britânica, que já vinha sofrendo com o declínio da competitividade, foi destruído. Muitos centros industriais tradicionais (como Manchester, Liverpool e Sheffield) e áreas de mineração (norte da Inglaterra e do País de Gales) foram devastados, tal como retratado em filmes como *Brassed Off* (sobre os mineiros de carvão em Grimley, uma versão mal disfarçada da cidade carvoeira de Grimethorpe, em Yorkshire).

Nos Estados Unidos o resultado não foi diferente (CHANG, 2014):

Como no Reino Unido, as taxas de juros foram elevadas, na tentativa de reduzir a inflação. Entre 1979 e 1981 o juro mais do que dobrou, passando de cerca de 10% para mais de 20% ao ano. Uma parcela significativa da indústria manufatureira dos Estados Unidos, que já vinha perdendo terreno para a concorrência do Japão e de outros países, não conseguiu suportar esse aumento dos custos financeiros. O tradicional coração industrial dos Estados Unidos, no Centro-Oeste do país, se transformou no “Cinturão da Ferrugem”.

Ao que parece, os sistemas econômicos e as políticas públicas que funcionam melhor seguem o conselho de Apolo, *o caminho do meio*²: Os sistemas econômicos de *economia mista* mesclam a capacidade de produção de riqueza do modo de produção Capitalista com o intervencionismo estatal. A crítica se torna ainda mais ácida quando comparamos o senso comum com a evidência histórica sobre o desenvolvimento econômico em Cingapura, uma mescla de políticas públicas “socialistas” e “liberais” (CHANG, 2014):

Não há nenhuma teoria econômica — seja neoclássica, marxista, keynesiana, ou o que for — capaz de explicar o sucesso dessa combinação de livre mercado e socialismo. Exemplos como esse devem tornar o leitor mais cético sobre o poder das teorias econômicas e mais cauteloso em tirar conclusões de medidas práticas a partir delas.

Enfim, é inegável a capacidade do sistema capitalista em produzir riqueza. O aumento de produtividade, a redução de custos através da divisão do trabalho e a escalabilidade já são reconhecidos desde os escritos de Adam Smith. Todavia, também

² Apolo realiza o desejo do filho, Faetonte. Este lhe pede para dirigir a carruagem do pai, responsável por atravessar o Céu, trazendo o Sol, durante o dia. Ao que Apolo aconselha: -Segue o caminho do meio. Não suba demais a ponto de incendiar as moradas celestes, e nem desça demais a ponto de por fogo a Terra.

é inegável que o Capitalismo possui como efeito colateral o aumento da desigualdade de renda e depende de certa dose de intervencionismo estatal para corrigir as distorções do mercado. Por último, existe um dever moral no estudo da história econômica quando se trata de propor políticas públicas. O economista deve possuir a capacidade de extrair da história as lições sobre as mais diversas teorias econômicas quando aplicadas na prática, para não correr o risco de repetir os mesmos erros ao se prender a ideologias e ignorar as evidências históricas (CHANG, 2014):

Estudar a história não nos fará evitar por completo os erros no presente; mas devemos nos esforçar ao máximo para extrair lições da história antes de formular uma política que afetará a vida das pessoas.

4 ESCATOLOGIA X INGENUIDADE: HÁ MAIS DE UMA MANEIRA DE “FAZER” ECONOMIA

As teorias econômicas, às vezes, dão a impressão de se alternarem entre previsões apocalípticas e previsões extremamente otimistas a respeito da racionalidade humana. Talvez, porque no princípio, a ciência econômica, ao rivalizar com a objetividade das ciências naturais, ainda não fosse tão cética a respeito do seu poder de previsão quanto hoje, e ignorasse o efeito do contexto histórico nas suas proposições. Isto fez a Economia alternar entre um pessimismo quase romântico em relação ao futuro do Capitalismo, e um otimismo excessivamente racionalista, por vezes conservador.

Um forte exemplo deste pessimismo econômico teórico, são as previsões escatológicas surgidas naturalmente como consequência das proposições da escola *clássica* de economia. Uma destas proposições surge da análise *Malthusiana* do crescimento populacional, não há como negar a influência e o medo provocado pela Revolução Francesa nas suas análises (PIKETTY, 2014):

Malthus estava muito preocupado com as notícias políticas vindas da França e, para evitar que o torvelinho vitimasse o Reino Unido, argumentou que todas as medidas de assistência aos pobres deveriam ser suspensas de imediato e que a taxa de natalidade deveria ser severamente controlada, com a finalidade de afastar o risco de uma catástrofe global, associada à superpopulação, ao caos e a miséria.

David Ricardodo em 1817, nos seus *Princípios de economia política e tributação* foi ainda mais longe na sua escatologia. Porém, este propõe uma explicação econômica para a teoria, baseada no *princípio da Escassez*. O autor parte de uma análise direta das relações de oferta e demanda aplicadas a bens cada vez mais escassos (PIKETTY, 2014):

Estava, acima de tudo, interessado no seguinte paradoxo lógico: Se o crescimento da população e da produção se prolonga, a terra tende a se tornar mais escassa em relação a outros bens. De acordo com a Lei da oferta e da demanda, o preço do bem escasso - a terra - deveria subir de modo contínuo, bem como os aluguéis pagos aos proprietários. No limite, o donos da terra receberiam uma parte cada vez mais significativa da renda nacional, e o restante da população, uma parte cada vez mais reduzida, destruindo o equilíbrio social.

É interessante pontuar como estas previsões catastróficas sobre o futuro do Capitalismo contrastam com outras proposições da mesma escola econômica. Como exemplo,

a definição da *Lei de Say*: A oferta cria a sua própria demanda. Se levada ao extremo, esta lei produz a crença quase ingênua de que o mercado é incapaz de produzir uma recessão por falta de demanda. Ou seja, recessões que poderiam ser atenuadas através da intervenção estatal são prolongadas. Podemos citar ainda a proposição resumida na metáfora da *mão invisível do mercado*: Paradoxalmente, apesar dos agentes econômicos estarem buscando a satisfação de seus próprios interesses por meio da concorrência e do livre mercado, estes acabam por maximizar a produção nacional produzindo ao menor custo entre si. Porém, também levada literalmente, esta premissa produz uma fé infundável na economia de mercado, justificando assim qualquer política extremada de *laissez-faire*. Ao que uma análise mais apurada da história econômica nos tornaria bastante céticos a respeito (CHANG, 2003):

Depois da Segunda Guerra Mundial, quando sua supremacia industrial ficou absolutamente patente, os Estados Unidos fizeram exatamente a mesma coisa que a Grã-Bretanha do século XIX, preconizando o livre comércio, muito embora tivessem obtido essa supremacia mediante o uso nacionalista e de um vigoroso protecionismo.

Assim como a escola clássica, a escola *Marxista* também estabeleceu o seu ruidoso “fim do Capitalismo”. Karl Marx, seu principal teórico, foi bastante influenciado pela filosofia Hegeliana na construção do seu “fim da história”. Marx estabelece uma base material aos conceitos extraídos da interpretação de Hegel sobre a evolução da história. Ao invés do *espírito absoluto* tentando se auto conhecer, o motor dialético da história é a luta de classes: Os Interesses de indivíduos de diferentes classes sociais, estabelecidas a partir do sistema econômico utilizado por estes indivíduos para contruir os bens necessários a sua sobrevivência, se confrontam. A luta entre exploradores e explorados termina por derrubar este *modo de produção* vigente e substituí-lo por um novo, com uma nova classe dominante. O fim do modo de produção Capitalista, na visão Marxista, aconteceria a partir da tomada dos meios de produção por parte dos proletários e sua subsequente ascensão como classe dominante. No entanto, as previsões da escola Marxista não se concretizaram (PIKETTY, 2014):

A profecia sombria de Marx não chegou mais perto de se concretizar do que a de Ricardo. A partir do último terço do século XIX, os salários enfim começaram a aumentar: a melhora do poder de compra dos trabalhadores se disseminou, o que mudou radicalmente a situação, ainda que a desigualdade extrema tenha persistido e, em certos aspectos, crescido até a Primeira Guerra mundial. A revolução comunista acabou acontecendo, mas eclodiu no país mais atrasado da Europa, onde a revolução industrial mal havia começado (a Rússia).

Recorrendo a um conhecido clichê para destacar a inconcistência teórica das previsões da teoria Marxista: Será que os políticos deturparam Marx? Se vivesse hoje, Marx seria um *Marxista*? (CHANG, 2014):

A escola marxista tem muitas falhas fatais. Sobretudo sua previsão de que o capitalismo desabaria sob seu próprio peso não se concretizou. O capitalismo tem se mostrado muito mais capaz de reformar a si mesmo do que a escola havia previsto. Desde que o socialismo surgiu, isso ocorreu em países como Rússia e China, onde o capitalismo estava pouco desenvolvido, e não nas economias capitalistas mais avançadas, como Marx previra. Em virtude de o marxismo estar tão entrelaçado com um projeto político a longo prazo, muitos de seus seguidores tinham uma fé cega em tudo o que era dito por Marx ou, pior, no que a União Soviética dizia ser a interpretação correta das ideias de Marx. O colapso do bloco socialista revelou que a teoria marxista de como a alternativa ao capitalismo deveria ser organizada era extremamente inadequada. E a lista poderia continuar.

Enfim, o intuito deste capítulo não é desacreditar a importância das escolas Clássica e Marxista, e tampouco das suas contribuições teóricas para a Economia. Mas sim tornar o leitor mais cético a respeito do poder de previsão de uma teoria econômica, e da necessidade de separar a análise teórica da ideologia política, e reconhecer a influência do contexto histórico na formação do pensamento dos economistas. Marx, Ricardo, Malthus e Smith não poderiam prever as mudanças tecnológicas pelas quais o capitalismo iria passar, e como estas mudanças iriam transformar radicalmente este modo de produção. Todavia, as suas contribuições ainda são relevantes para a análise do sistema, exemplo: Marx forneceu uma riqueza de conceitos que são extremamente descritivos do capitalismo, bem como previu a financeirização do sistema Capitalista. O princípio da Escassez de Ricardo ainda é utilizado para descrever o comportamento dos preços de bens escassos. Assim, fica delineado ao Leitor que existe mais de um jeito de “fazer” Economia. E as diferentes perspectivas, por vezes conflitantes, contribuem para uma análise mais apurada dos fenômenos.

5 VALOR-TRABALHO: O CAMPO DE BATALHA DOS HERDEIROS DA TEORIA CLÁSSICA

As escolas *Neoclássica* e *Marxista* são as herdeiras da escola *Clássica*. Todavia, isto não faz estas escolas convergirem com a escola clássica em todas as suas interpretações, sobretudo nas suas teorias do valor. Enquanto a abordagem de Adam Smith levava em conta que a riqueza produzida na sociedade é fruto da produção, abordagem levada às últimas consequências pela teoria Marxista, Os neoclássicos, a partir das proposições de Marshall, irão focar no consumo como elemento principal da geração da riqueza, ao menos no curto prazo (CHANG, 2014):

Ela [escola neoclássica] enfatizava o papel das condições da demanda (derivada da avaliação subjetiva dos produtos feita pelos consumidores) ao definir o valor de um bem. Os economistas clássicos acreditavam que o valor de um produto é determinado pelas condições de oferta, ou seja, os custos da sua produção. Eles mediam os custos segundo o tempo de trabalho despendido na produção — isso é conhecido como teoria do valor-trabalho. Os economistas neoclássicos enfatizavam que o valor (chamado por eles de preço) de um produto depende também do quanto o produto é valorizado pelos potenciais consumidores; o fato de algo ser difícil de produzir não significa que seja mais valioso. Marshall refinou essa ideia argumentando que as condições da demanda são mais importantes na fixação dos preços no curto prazo, quando a oferta não pode ser alterada, enquanto as condições de oferta importam a longo prazo, quando investimentos (ou desinvestimentos) podem ser feitos nas fábricas para produzir mais (ou menos) produtos conforme são mais (ou menos) procurados.

O elemento formador de valor nas escolas *Clássica* e *Marxista* é o trabalho. Daí as teorias da alienação do trabalho e da mais-valia surgem como mera consequência: Marx produz uma análise elegante do sistema Capitalista tomando por base as teorias clássicas de valor. Ou seja, a análise Marxista surge como consequência direta das interpretações de valor da teoria clássica. Pois, se o valor é gerado pelo trabalho, através da produção de bens, e só há uma classe que trabalha (os proletários), uma parte do valor social gerado é apropriada pelos donos dos meios de produção (os burgueses). Marx define esta apropriação como Mais-valia.

Além disso, os trabalhadores não reconhecem a sua condição de exploração por estarem envoltos em uma atmosfera de *estranhamento* em relação àquilo que produzem (Alienação). Estes trabalhadores são peças acessórias e substituíveis no processo produtivo.

Estão condenados a uma única tarefa simples e repetitiva até que sejam trocados por uma máquina capaz de produzir muito mais em menos tempo (CHANG, 2014):

Como já mencionei, a escola marxista herdou muitos elementos da escola clássica. De diversas maneiras ela é mais fiel à doutrina clássica do que a autoproclamada sucessora desta, a escola neoclássica. A escola marxista adotou a teoria do valor-trabalho, que foi explicitamente rejeitada pela escola neoclássica. Ela também se concentrou na produção, enquanto o consumo e a troca eram os aspectos principais para a escola neoclássica. Ela via uma economia composta de classes, em vez de indivíduos — outra ideia-chave da escola clássica rejeitada pela neoclássica. Desenvolvendo a escola clássica, Marx e seus seguidores apresentaram um tipo de teoria econômica muito diferente da oferecida pela sua meio-irmã, a escola neoclássica.

Assim, Marx delimita uma base material para o motor da história, a luta de classes. Este autor deixa bem clara a influência da escola clássica de economia sobre o seu pensamento. Pois, se a produção é o centro da economia, também é determinante para a construção do tecido social, haja vista que a produção de bens é inerente à condição humana. Ou seja, somos *homo faber*, seres que produzem o seu sustento e modificam a natureza através do trabalho, ao produzirmos e também distribuirmos bens de determinado modo, arranjamos este processo em um *modo de produção* que é regido por relações sociais (CHANG, 2014):

A produção no centro da economia Levando a visão da escola clássica mais longe, a escola marxista defendia que “a produção é [...] a base da ordem social”, nas palavras de Engels. Vê-se cada sociedade como sendo construída sobre uma base econômica, ou modo de produção. Essa base é constituída pelas forças de produção (tecnologias, máquinas, habilidades humanas) e pelas relações de produção (direitos de propriedade, relações de emprego, divisão do trabalho). Sobre essa base está a superestrutura, que compreende a cultura, a política e outros aspectos da vida humana, que, por sua vez, afetam a maneira como a economia é posta em prática. Nesse sentido, Marx foi, provavelmente, o primeiro economista a explorar sistematicamente o papel das instituições na economia, pressagiando a escola institucionalista. Ao elaborar mais a teoria dos “estágios de desenvolvimento” de Adam Smith, a escola marxista via as sociedades evoluindo através de uma série de etapas históricas, definidas segundo seu modo de produção: o comunismo primitivo (sociedades “tribais”); o modo de produção antigo (baseado na escravidão, como na Grécia e em Roma); o feudalismo (baseado na dominação de semiescravos ou servos, ligados à terra, por senhores feudais); capitalismo; e comunismo.viii O capitalismo é visto

como nada mais que uma fase do desenvolvimento humano antes de atingirmos a fase final, do comunismo. Esse reconhecimento da natureza histórica dos problemas econômicos é um importante contraste com a escola neoclássica, que considera o problema “econômico” da maximização da utilidade como um problema universal — para Robinson Crusoe numa ilha deserta, para os participantes de uma feira semanal na Europa medieval, para os agricultores desubsistência na Tanzânia, para um abastado consumidor alemão do século XXI — enfim, para qualquer um.

Já a escola Neoclássica, diferente da Marxista, rejeita a teoria do valor-trabalho e as suas implicações. Pois, parte de uma lógica utilitarista para determinar as relações de produção, se distanciando da abordagem focada nas relações sociais da ótica Marxista e da visão classista da escola Clássica, se concentrando mais nos indivíduos (CHANG, 2014):

A escola [Neoclássica] conceituava a economia como um conjunto de indivíduos racionais e egoístas, e não como um conjunto de classes distintas, como dizia a escola clássica. O indivíduo, conforme visto pela economia neoclássica, é um ser unidimensional — uma “máquina de prazer”, como era chamado, dedicado à maximização do prazer (utilidade) e à minimização do sofrimento (desutilidade), em geral em termos materiais definidos estritamente.

Enfim, o embate sobre a origem do valor das coisas é atual e abrangente em teoria econômica. A riqueza de categorias criadas pela teoria Marxista e sua importância na análise do Capitalismo, principalmente aquele do século XIX é inegável. Todavia, a teoria utilitarista do valor da escola neoclássica é predominante atualmente. Ela é utilizada para explicar desde a volatilidade e aparente falta de valor intrínseco no Bitcoin, até as bolhas especulativas do mercado financeiro.

6 O CAMINHO DA SERVIDÃO NÃO É TÃO RUIM

O contexto histórico exerce bastante influência nas teorias econômicas. Com os teóricos da escola austríaca não foi diferente. Hayek, um dos principais teóricos desta escola, cunhou o termo *Caminho da Servidão* para descrever como a restrição da liberdade econômica afeta também as liberdades individuais, dentre elas principalmente a liberdade política (BOURDREAUX, 2018):

Independente do método empregado, um governo que estiver determinado a proteger as pessoas de qualquer desvantagem de uma mudança econômica, exigirá poderes praticamente ilimitados de regulação e tributação.

É óbvio que a interpretação Hayekiana foi bastante influenciada pelo contexto histórico da Guerra Fria. E que a metáfora do Caminho da servidão explica de maneira razoável os resultados obtidos pelos regimes Fascistas e Socialistas em meados do século XX, que rivalizavam com a democracia liberal à época, representada pelos aliados e pelos Estados Unidos do pós-guerra. Todavia, a generalização deste conceito pode levar à defesa puramente ideológica do capitalismo *laissez-faire*. Esta defesa contrasta com a observação histórica: Afinal, alguns países com estados considerados “grandes”, intervencionistas e protecionistas tiveram taxas consideráveis de crescimento econômico, a China é um bom exemplo disto. O caminho da servidão, apesar de verdadeiro, possui limites muito tênues (BOURDREAUX, 2018).

Infelizmente, pelo fato de o crescimento econômico ser uma mudança econômica que exige a árdua transferência de recursos e trabalhadores de antigas indústrias que deixaram de ser lucrativas para novas indústrias, quando se evita qualquer tipo de queda na renda, acaba-se impedindo que haja crescimento econômico. A economia se torna ossificada, estática e moribunda. Portanto, proteger o tempo todo os cidadãos contra o risco de diminuição de sua renda significa apenas ser comandado por um imenso e poderoso governo, praticamente sem limites à sua discricionariedade, mas também erradicar todas as perspectivas de crescimento econômico. De modo inevitável, no fim deste caminho, criado com a intenção de proteger todos os produtores contra perdas, não se encontra apenas servidão, mas também uma pobreza sem fim.

Há clara contradição na descrição do Caminho da servidão acima em comparação com a lógica da escola *desenvolvimentista* e da escola *Keynesiana*, ambas destacam o papel do Estado no desenvolvimento econômico e na solução de crises financeiras. Enfim,

notamos que Hayek estava errado em interpretar qualquer intervenção estatal como necessariamente maléfica à economia e a nação. Pelo contrário, a luz da história, os países que se desenvolveram tiveram uma boa dose de intervencionismo, só que diferente dos países de inclinação Fascista e Socialista, estas nações não tenderam para a escatologia Hayekiana do Caminho da Servidão. A saída para este aparente paradoxo é dada pela escola institucionalista, os países que se desenvolveram, e não trilharam o caminho funesto dos regimes totalitários, se apoiaram sobre instituições fortes que exerceram um papel determinante no seu desenvolvimento econômico. Isto obviamente contradiz a interpretação da escola austríaca (CHANG, 2014):

O momento mais brilhante da escola [Institucionalista] foi o New Deal, de cujo projeto e execução participaram muitos de seus membros. Hoje o New Deal é muitas vezes considerado como um programa de políticas keynesianas. Mas, refletindo bem, Teoria geral do emprego, do juro e da moeda, a obra máxima de Keynes, só saiu em 1936, um ano após o segundo New Deal, de 1935 (o primeiro foi em 1933). O New Deal tratava muito mais das instituições — a regulação financeira, a segurança social, os sindicatos, a regulação dos serviços públicos — do que de política macroeconômica, [...] Economistas institucionais como Arthur Burns (presidente do Conselho de Assessores Econômicos para o presidente dos Estados Unidos, 1953-6; e presidente do Federal Reserve Board, 1970-8) tiveram papéis importantes na elaboração da política econômica dos Estados Unidos, mesmo após a Segunda Guerra Mundial.

7 O AGENTE ECONÔMICO NÃO É AUTÔNOMO NEM MORAL

A discussão sobre o agente econômico trespassa o ambiente acadêmico, pois questiona um dos pilares da sociedade ocidental moderna: A autonomia do sujeito. Pode parecer que a dimensão moral do homem passe longe de um debate dos acadêmicos de Economia, acostumados a letra fria dos números das taxas de juros e câmbio, porém nem sempre foi assim. Ao definir o agente econômico nos moldes individualistas, e a partir desta definição derivar as consequências morais para a sociedade, a escola clássica e a sua herdeira escola Neoclássica, estabeleceram uma discussão moral basilar na teoria econômica. Se os indivíduos são egoístas e individualistas e buscam maximizar o seu prazer e bem estar, quais as consequências morais deste comportamento para a sociedade? A resposta da escola Neoclássica é paradoxal, todavia se tornou um dos *clichês* mais famosos e repetidos da teoria econômica (CHANG, 2014):

Além disso, a visão individualista fornece uma justificativa moral paradoxal mas muito poderosa para o mecanismo de mercado. Nós, como indivíduos, fazemos escolhas apenas para nós mesmos, mas o resultado é a maximização do bem-estar social. Não precisamos que os indivíduos sejam “bons” para fazer funcionar uma economia eficiente que beneficia a todos os participantes. Ou melhor, é exatamente porque os indivíduos não são “bons” e se comportam como maximizadores implacáveis da utilidade e do lucro que a nossa economia é eficiente, beneficiando a todos. A famosa passagem de Adam Smith é a declaração clássica dessa posição: “Não é da benevolência do açougueiro, do cervejeiro ou do padeiro que esperamos o nosso jantar, mas da sua consideração aos seus próprios interesses”.

Esta resposta mescla o apaixonado debate ideológico de defesa da autonomia do sujeito e da meritocracia. Segundo esta teoria, nós, enquanto indivíduos autônomos, somos livres para fazer escolhas de consumo e de investimento. Em resumo, o nosso sucesso ou fracasso pessoal dependerá de tais escolhas. E no fim das contas, ao exercermos a nossa liberdade e defendermos os nossos próprios interesses, na realidade estamos beneficiando a sociedade como um todo. Por isso os liberais defendem tão enfaticamente a liberdade econômica: Segundo a perspectiva liberal, todas as outras formas de liberdade derivam desta forma elementar. Hayek torna esta defesa ainda mais exacerbada ao propor o conceito de *Caminho da Servidão*. Segundo ele, qualquer intervenção do governo, ao tentar corrigir distorções de mercado, acaba por restringir a liberdade econômica dos indivíduos. Como estes são os responsáveis por reger inconscientemente o sistema de preços do mercado, através de suas preferências, e a intervenção estatal distorce o sinal de preços gerados

pelas preferências, isto produz uma espiral crescente de mais intevenções e restrições de liberdade por parte do Estado em vista de corrigir as distorções que ele mesmo criou (BOURDREAUX, 2018) (vide Capítulo 6).

Esta é uma forma sutil de defender o *status quo*, fazendo os indivíduos acreditarem que são os únicos responsáveis pela economia através de suas decisões de consumo, e que a não intervenção e desregulamentação é na realidade benéfica a todos. Assim é mais fácil acreditar que todos os indivíduos alguma forma contribuem para o bem geral da sociedade ao defenderem os seus próprios interesses egoístas. Todavia, na economia real não são os indivíduos isolados os principais responsáveis pelas decisões econômicas mais importantes. A escola *clássica* ignora o papel dos governos, das instituições e grandes corporações que tomam todos os dias milhares de decisões que afetam a vida de milhões de indivíduos, sem necessariamente gerar algum benefício social idealizado, algumas vezes até gerando prejuízo para a economia (CHANG, 2014):

Alguns economistas, em especial Herbert Simon e John Kenneth Galbraith, examinaram a realidade, e não o ideal, da tomada de decisões econômicas. Eles descobriram que a visão individualista ficou obsoleta pelo menos desde o final do século XIX. Desde então, as ações econômicas mais importantes nas nossas economias foram realizadas não por indivíduos mas por grandes organizações com complexas estruturas internas de tomada de decisão — corporações, governos, sindicatos e, cada vez mais, organizações internacionais.

Na crise de 2008, as desregulamentações financeiras excessivas contribuíram para inflar a bolha especulativa que derrubou a economia mundial. Foi justamente a falta de regulação sobre um mercado livre que permitiu que títulos “podres” fossem vendidos, e também classificados como AAA+ pelas agências de *Rating*. Basta lembrar que o dinheiro dos contribuintes americanos foi utilizado para salvar os bancos da insolvência e evitar que o colapso financeiro se intensificasse. Neste ínterim, a mera defesa do livre mercado se torna uma defesa ideológica superficial.

Os Agentes econômicos mais importantes da crise eram grandes bancos, como o *Lehman Brothers*, e ao defenderem os seus próprios interesses egoístas contribuíram para uma das piores crises da história a custo de milhões de empregos. Da mesma forma, é ingênuo pensar que as decisões de um mega investidor como George Soros, famoso por quebrar o banco da Inglaterra 1992 apostando contra a Libra esterlina, exerçam o mesmo poder sobre a taxa câmbio que as decisões de consumo de um trabalhador assalariado no curto prazo, e não necessariamente as suas atitudes egoístas beneficiam a sociedade no fim das contas.

Enfim, a discussão moral sobre o papel da liberdade econômica na liberdade geral de uma nação se torna ainda mais acirrada quando apontamos que não há uma

relação clara entre liberdade política e liberdade econômica. As ditaduras de Pinochet e a Ditadura militar brasileira de 1964 são bons exemplos disto: O crescimento econômico, de certa forma, deu legitimidade política a estas ditaduras ao invés de contradizê-las. Este crescimento econômico, no Brasil, pagou o preço de construir uma das sociedades mais desiguais do mundo e mergulhou o país na *década perdida* em 1980. Podemos fazer um paralelo destas contradições do passado recente com a política norte americana atual: O presidente Trump ao afirmar o seu desejo de ver “a américa grande de novo”, parece querer tal América somente para os americanos nativos (seja lá oque isso signifique); e por meio desta pauta econômica justifica medidas controversas a respeito da imigração. De novo, um único indivíduo tem o poder de decisão de influenciar a vida de outros milhões de indivíduos, e esta escolha é movida muito mais por paixões ideológicas do que propriamente por racionalidade e moralidade, os efeitos destas decisões não parecem nada benéficos para a sociedade (CHANG, 2014):

Por mais atraentes que pareçam, essas justificativas têm problemas graves. Quanto ao problema político, não há relação clara entre a liberdade econômica de um país e sua liberdade política. Muitas ditaduras tiveram políticas claras de livre mercado, enquanto democracias, como os países escandinavos, têm baixa liberdade econômica devido aos impostos elevados e a uma abundância de regulamentações. Na verdade, muitos que creem na visão individualista prefeririam sacrificar a liberdade política para defender a liberdade econômica (por essa razão Hayek elogiou a ditadura de Pinochet no Chile). No caso da justificação moral, já discuti muitas teorias, inclusive a abordagem do fracasso do mercado com base na visão individualista neoclássica, mostrando que a busca desenfreada dos interesses próprios através dos mercados muitas vezes não produz resultados econômicos socialmente desejáveis.

REFERÊNCIAS

- BOURDREAUX, D. *Menos estado e mais liberdade: O essencial no pensamento de F. A. Hayek*. [S.l.]: Faro editorial, 2018.
- CHANG, H. *Chutando a escada: A estratégia do desenvolvimento em perspectiva histórica*. [S.l.]: Editora Unesp, 2003.
- CHANG, H. *Economia Modo de usar*. [S.l.]: Editora Schwarcz S.A, 2014.
- DUBNER, S.; LEVITT, S. *Freakonomics*. [S.l.]: William Morrow and Company, 2005.
- KAHNEMAN, D. *Rápido e devagar: Duas formas de pensar*. [S.l.]: Objetiva, 2011.
- PIKETTY, T. *O Capital no século XXI*. [S.l.]: Editora Intrínseca, 2014.